

Caro(a) cursista,

***SEJA BEM-VINDO(A)!***



Informações relevantes



### **OLÁ!**

Temos grande satisfação em ter você como participante desta ação educativa, que é ofertada como oportunidade para socialização de experiências e construção de conhecimentos, fazendo a articulação teoria-prática no que se refere ao aprendizado a ser adquirido neste curso.



### **IMPORTANTE!**

Leia atentamente as informações e orientações deste guia. Acesse o material para conhecer melhor a plataforma do curso. As informações sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) serão enviadas pelo grupo de WhatsApp.



### **SUAS RESPONSABILIDADES**

- Acessar regularmente o ambiente do curso, organizando-se para o estudo e a realização das atividades, conforme as orientações do docente, observando prazos e critérios de avaliação; e
- Efetuar as avaliações propostas.



### **RESPONSABILIDADES DOS DOCENTES**

Direcionar e mediar as atividades on-line e assíncronas, esclarecer dúvidas e dar feedback da avaliação, devendo atuar conforme a proposta metodológica e programação das atividades do curso.

# OBJETIVOS



Informações do Planejamento



## GERAL

Analisar situações que caibam decidir, em ações judiciais pertinentes às questões antropológicas, com fundamentos numa perspectiva sócio-antropológica.



## ESPECÍFICOS

- Analisar a densidade dessa subárea da antropologia social que, desde o final dos anos 1970, vem acumulando, no Brasil, produções em várias frentes de interesse da magistratura.
- Problematizar fontes documentais, tão importantes no universo judicial, como registros não meramente neutros e objetivos, mas resultantes de complexas relações de poder existentes nas entranhas das instituições que os produzem.
- Identificar, de outros pontos de vista, práticas que, por lhes serem familiares, normalmente são naturalizadas e nem sempre problematizadas, com a compreensão, cada vez mais profunda, das grandes responsabilidades envolvidas no exercício jurisdicional.
- Perceber jurisdicionadas(os) como sujeitos de direito e produtoras(es) de saberes, aproximando-se, assim, de um pluralismo jurídico, tema que é bastante ausente em cursos de graduação, pós-graduação e formação/capacitação em direito.
- Construir um balanço da trajetória trilhada e de seus impactos enquanto processo de ensino-aprendizagem com potencial de impactar as práticas e saberes judiciais.



**Programe-se para realizar as atividades no prazo!**

# Conteúdo das Etapas/Unidades 1, 2, 3, 4, 5 e 6



Informações do Planejamento

**PANORAMA DA ANTROPOLOGIA DO DIREITO COM ÊNFASE NO BRASIL**

**PESQUISAS ANTROPOLÓGICO-JURÍDICAS COM FONTES DOCUMENTAIS**

**PESQUISAS ANTROPOLÓGICO-JURÍDICAS COM ETNOGRAFIA DE AUDIÊNCIAS E  
JULGAMENTOS**

**PESQUISAS ANTROPOLÓGICO-JURÍDICAS "ENGAJADAS"**

**QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ÉTICAS PERTINENTES À  
ANTROPOLOGIA DO DIREITO NO BRASIL**

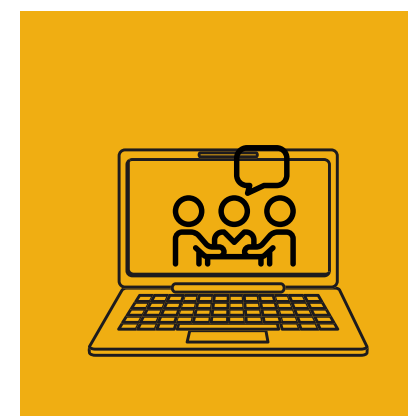
**DEBATES EVENTUAIS DOS PROJETOS DE PESQUISAS ELABORADOS**

# PROGRAMAÇÃO GERAL

As 10 aulas síncronas  
serão às terças-feiras  
das 9h às 12h

Para fins de certificação, para fins de  
promoção/vitaliciamento, é necessária a participação  
em 75% das atividades, conforme orientação docente.

Programação mais detalhada será informada  
pelas docentes durante o curso



Data	Atividade Síncrona	Atividades Assíncronas
(28/9/2021, 18h-19h)	Ambientação - Inclusão digital	Ambientação - Inclusão digital
<b>1ª ETAPA</b> 28/9 a 05/10/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aula online - 28/09/2021</b> 9h-12h / Introdução ao curso Presença obrigatória	Apresentação e outras atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
<b>2ª ETAPA</b> 05 a 19/10/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aulas online: 5 e 19/10</b> 9h-12h Presença obrigatória	Fórum (no Teams) com orientações prévias de leitura e resolução de dúvidas
<b>3ª ETAPA</b> 26/10 a 09/11/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aulas online: 26/10 e 09/11</b> 9h-12h Presença obrigatória	Fórum (no Teams) com orientações prévias de leitura e resolução de dúvidas
<b>4ª ETAPA</b> 16 a 23/11/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aulas online: 16 e 23/11</b> 9h-12h Presença obrigatória	Fórum (no Teams) com orientações prévias de leitura e resolução de dúvidas
<b>5ª ETAPA</b> 30/11 a 07/12/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aulas online: 30/11 e 07/12</b> 9h-12h Presença obrigatória	Fórum (no Teams) com orientações prévias de leitura e resolução de dúvidas
<b>6ª ETAPA</b> 07 a 14/12/2021 <small>Carga horária: 6 horas</small>	<b>Aula online: 14/12</b> 9h-12h Presença obrigatória	Fórum (no Teams) com orientações prévias de leitura e resolução de dúvidas
<b>ATÉ 16/12/2021</b>	Não haverá	Entrega do Registro Reflexivo

# PESQUISA EM ANTHROPOLOGIA DO DIREITO NO BRASIL

## DOCENTES



**ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER** - Na Universidade de São Paulo - USP, graduou-se em Ciências Sociais e em Direito, fez mestrado e doutorado em Antropologia Social. É Docente do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, onde coordena o Núcleo de Antropologia do Direito - NADIR. Pesquisa, orienta e publica sobre tribunais do júri, jurisprudência e narrativas de violência, direitos humanos, demandas por reconhecimento de direitos, acesso à justiça, profissionais e profissões do direito, sistemas de justiça criminal e criminologia. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.



## COORDENAÇÃO:

**JOSÉ MARCOS LUNARDELLI** - Desembargador Federal do TRF3 e Professor do Corpo Docente Permanente do Mestrado Enfam

**ANDRÉ AUGUSTO SALVADOR BEZERRA** - Juiz do TJSP e Professor do Corpo Docente Permanente do Mestrado Enfam



**BRUNA ANGOTTI** - Doutora e Mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. É vice coordenadora do Núcleo de Antropologia do Direito - NADIR. É professora na graduação em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advoga no Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos - Cadhu. Autora do livro “Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil”.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

## Aula 1

### Leituras prévias

KANT DE LIMA, Roberto & BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. "Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico". Anuário Antropológico, 2014: 9-37.

[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202013\\_1/Como%20a%20Antropologia%20pode%20contribuir%20para%20a%20pesquisa%20juridica.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202013_1/Como%20a%20Antropologia%20pode%20contribuir%20para%20a%20pesquisa%20juridica.pdf)

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. "Antropologia Jurídica". Jornal Carta Forense, ano III, n. 21, fevereiro de 2005: 24-25.

<https://www.passeidireto.com/arquivo/4326369/o-ensino-da-antropologia-juridica-e-a-pesquisa-em-dh-schritzmeier>  
Navegar pelo blog: <https://enadir2021.blogspot.com/>

### Leituras complementares

ROULAND, Norbert. Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. "O ensino da antropologia jurídica e a pesquisa em direitos humanos" In NALINI, José Renato e CARLINI, Angélica Lucía (coord.). Direitos Humanos e Formação Jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2010: 137-153.

<https://www.docsity.com/pt/ana-lucia-pastore-antropologia-juridica/4697981/>

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore & ANGOTTI, Bruna. "O NADIR E O VI ENADIR: trajetórias e Apontamentos". Abya-Yala: Revista Sobre Acesso à Justiça e Direitos Nas Américas 4 (2), 2021: 07-15.

<https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/35741>

SCHUCH, Patrice. "Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos". BIB (Boletim Informativo Bibliográfico), São Paulo, nº 67, 1o semestre de 2009: 51-73.

<http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-anteriores/bib-67/619-antropologia-do-direito-trajetoria-e-desafios-contemporaneos/file>

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org). Antropologia & Direito. Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/ Brasília: Contracapa/ LACED/ Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3989768/mod\\_resource/content/1/Livro%20Antropologia%20%20Direito%2C%202012](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3989768/mod_resource/content/1/Livro%20Antropologia%20%20Direito%2C%202012)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



## Aula 2

### Leitura prévia

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Sortilégio de Saberes - Curandeiros e Juízes nos Tribunais Brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004 (caps. III, V e Conclusões).

### Leituras complementares

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita & NADAI Larissa (orgs). "Dossiê Burocracia e documentos: olhares etnográficos". Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 17, n.3, 2015: 7-13.  
<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34498>

FERREIRA, Letícia e LOWENKRON. Etnografia de documentos. Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro; Editora E-papers, 2020.  
[http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo\\_produto=3138](http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=3138)

FOUCAULT, Michel. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo". A micro-história. Lisboa: Difel, 1989: 203-214.

PIMENTEL, Sílvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. Estupro: crime ou "cortesia"? - abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



## Aula 3

### Leitura prévia

ANGOTTI, Bruna. Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018. “Considerações Iniciais” (pp.25-36), “Capítulo IV – Projetos e práticas dos cárceres femininos” (pp. 135-188) e “Considerações finais” (pp. 198-202).

<https://www.revistadeprisiones.com/project/entre-as-leis-da-ciencia-do-estado-e-de-deus-o-surgimento-dos-presidios-femininos-no-brasil-bruna-angotti/>

### Leitura complementar

GIUMBELLI, Emerson. “Para Além do ‘Trabalho de Campo’: reflexões supostamente malinowskianas”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 17, nº 48, p. 91- 107, fev. de 2002.

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YgzRjr5rQNwyZqhzmdnVzTQ/abstract/?lang=pt>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

## Aula 4

### Leituras prévias

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002, cap.6 (pp. 193-212).

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31082007-095427/>

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Na dúvida, foi moralmente condenada ao invés de legalmente absolvida: etnografia de um julgamento pelo Tribunal do Júri de São Paulo, Brasil”. *Revista de Antropologia*, 63(3), 2020: 01-28

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178180>

### Leituras complementares

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado” In *Cadernos de Campo*, nº 13, 2005, p. 155-161.

<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/issue/view/3210>

HUIZINGA, Johan. “Natureza e significado do jogo como fenômeno cultural” e “O jogo e o direito” In *Homo ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980 (Prefácio, caps. 1 e 4, p. 3-31 e 87-100).

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

[https://play.google.com/store/books/details/Ana\\_L%C3%BAcia\\_Pastore\\_Schritzmeyer\\_Jogo\\_ritual\\_e\\_teatr?id=vfKJDwAAQBAJ](https://play.google.com/store/books/details/Ana_L%C3%BAcia_Pastore_Schritzmeyer_Jogo_ritual_e_teatr?id=vfKJDwAAQBAJ)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

## Aula 5

### Leituras prévias

ANGOTTI, Bruna. Da solidão do ato à exposição judicial: uma abordagem antropológico-jurídica do infanticídio no Brasil. Tese. Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019. “Apresentação” (pp.21-23), “Introdução” (pp.39-51) e “Conclusões” (pp.313-321).  
[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-16092019-153730/publico/2019\\_BrunaAngotti\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-16092019-153730/publico/2019_BrunaAngotti_VCorr.pdf)

ANGOTTI, Bruna. “Moralidades em Jogo no Julgamento de Mulheres Acusadas da Morte ou Tentativa de Morte de seus/suas Recém-Nascidos/as”. Revista Antropolítica, 2021, pp.111-136.  
<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/45602>

### Leitura complementar

ANGOTTI, Bruna. “Reflexões sobre uma etnografia no Direito - notas sobre a metodologia da pesquisa ‘da solidão do ato à exposição judicial: uma abordagem antropológico-jurídica do infanticídio no Brasil’”. Revista Juris Poiesis, Rio de Janeiro. v. 24, n. 34, pp. 778-808, 2021

### Filme

Crimes de Família. 2020. Direção Sebastián Schindel. Netflix.

### Debate

Mesa Redonda 13: “Não-Maternidades”: um olhar entre o direito e a antropologia. VII ENADIR (Encontro Nacional de Antropologia do Direito), 2021.  
<https://www.youtube.com/watch?v=cGY8OTIbM0o&list=PLHkwyscxESSJ8MgFK7fkWkK9DbgMW301E&index=19&t=45s>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

## Aula 6

### Leitura e documentário prévios

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. “Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários”. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 46, 2016: 93-112.  
<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8775>

Documentário Fios da Vida - <https://vimeo.com/87861772>  
NTSC, cor, 20 min, 2013. Direção: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

### Leituras complementares

FONSECA, Claudia. “O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa-renda”. Temas IMESC, v.1, n. 4, p. 21-39, 1987.  
<https://imesc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/TemasIMESC-JUL87.pdf>

FONSECA, Claudia. “O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal”. Revista de Antropologia. 53(2), p. 493-526, 2010.  
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/36434>

FONSECA, Claudia & SCHUCH, Patrice (orgs). Políticas de proteção à infância. Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS

## Aula 7

### Leitura Prévia

BRAGA, Ana Gabriela Mendes e ANGOTTI, Bruna. “O excesso disciplinar: da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro”. *Revista Sur Internacional de Direitos Humanos*, v. 22, 2016: p. 1-5

[https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/16\\_SUR-22\\_PORTUGUES\\_ANA-GABRIELA-MENDES-BRAGA\\_BRUNA-ANGOTTI.pdf](https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/16_SUR-22_PORTUGUES_ANA-GABRIELA-MENDES-BRAGA_BRUNA-ANGOTTI.pdf)

### Leitura complementar

BRAGA, Ana Gabriela Mendes e ANGOTTI, Bruna. “Ressonâncias e Aplicações da Pesquisa Dar à Luz na Sombra”. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 17, 2018, pp. 59-64.

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8871/1/bapi\\_17\\_cap\\_8.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8871/1/bapi_17_cap_8.pdf)

INSTITUTO ALANA e COLETIVO DE ADVOCACIA EM DIREITOS HUMANOS. *Pela Liberdade – a história do Habeas Corpus Coletivo para mães e crianças*, 2019. pp. 13-18.

[https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2019/05/pela\\_liberdade.pdf](https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2019/05/pela_liberdade.pdf)

### Filme:

*Eu, preso*. Episódio 1 “Mães”. 2019. Direção Paula Sachetta. <https://vimeo.com/311682141/b5d6dfca91>



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



## Aula 8

### Leituras prévias

*Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*

<http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/#:~:text=Direito%20de%20ser%20informadas%20sobre,de%20prejudicar%20o%20grupo%20investigado.>

TELLO, Mariana, “Ética y antropologia de la violencia” In SARTI, Cynthia e DUARTE, Luiz Fernando Dias (orgs.) Antropologia e ética: desafios para a regulamentação. Brasília, DF: ABA, 2013, pp. 172-229

[http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia\\_e\\_etica\\_desafios\\_para\\_a\\_regulamentacao.pdf](http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia_e_etica_desafios_para_a_regulamentacao.pdf)

### Leituras complementares

DINIZ, Debora et alii. Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2008.

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica\\_pesquisa\\_temas\\_globais\\_p1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf)

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais”, in “Mana”, n.1, vol. 12, abr/2006, p. 207-236.

<https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/?lang=pt&format=pdf>

VICTORA, Ceres et alli (orgs.). Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUUF, 2004.

<http://www.marcoareliosc.com.br/27OLIVEIRA.pdf>

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



## Aula 9

### Leitura prévia

BAPTISTA, Bárbara Lupetti. O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito: desafios, limites e possibilidades. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. (pp. 83-118).

<http://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>

### Leitura complementar

IGREJA, Rebecca. O Direito como objeto de estudo empírico: o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. (pp.11-38).

<http://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>





